

A UNIVERSIDADE DO CAPITAL E O CAPITAL NA UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA AGENDA NEOLIBERAL¹

THE UNIVERSITY OF CAPITAL AND CAPITAL IN THE UNIVERSITY: A CRITICAL ANALYSIS OF COMMERCIALIZATION OF HIGHER EDUCATION IN NEOLIBERAL ON THE AGENDA

Camila Dutra dos Santos²

RESUMO

Este artigo propõe uma discussão a cerca do processo de privatização e mercantilização do ensino, sobretudo do ensino superior e os seus rebatimentos sobre a universidade brasileira. O objetivo central é expor alguns elementos que evidenciem a destruição gradual da universidade e a transformação da educação superior em um negócio rentável ao capital especulativo. O debate passa primeiro pela crise do capital e seu significado no modelo atual de produção globalizada. Logo em seguida são expostas algumas exigências que este sistema impõe à educação. Posteriormente apresentamos um quadro atual da privatização do ensino superior e o sucateamento da universidade pública e, a guisa de uma conclusão, tentamos identificar as possibilidades de transformação da educação e da escola na contemporaneidade.

Palavras-chave: ensino superior, universidade, privatização, mercantilização.

ABSTRACT

This article proposes a discussion about the process of privatization and commercialization of education, especially higher education and its hittin on the Brazilian university. The central objective is to present some elements that show the gradual destruction of the university and the transformation of higher education into a profitable business to speculative capital. The first debate is the crisis of capital and its significance in the current model of globalized production. Then exposed some requirements are that the system imposes on education. Posterity we show a current picture of the privatization of higher education and scrapped the public university and the way of a conclusion, try to identify the potential for transformation of education and schools in contemporary society.

Key words: higher education, university, privatization, commercialization.

¹ Este artigo foi produzido enquanto trabalho final da disciplina Metodologia do Ensino Superior ministrada pelo Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior no Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em 2008.

² Aluna do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE); bolsista do CNPq; integrante do Laboratório de Estudos Agrários (LEA/UECE). (camilageo@hotmail.com).

INTRODUÇÃO: AS TRANSFORMAÇÕES NO MODO DE FUNCIONAMENTO DO CAPITALISMO E O REAJUSTAMENTO SOCIAL E POLÍTICO

A década de 1970 traz consigo uma série de transformações no modo de funcionamento do capitalismo no que diz respeito a uma flexibilidade na produção, do mercado de trabalho e do consumo, na busca de soluções para as tendências de crise do capitalismo não contidas pelo regime de acumulação anterior, leia-se Fordismo. Esta crise teria derivado de um confronto com a rigidez das práticas do período fordista-keynesiano. Para Harvey (2003, p.135), os maiores problemas deste estariam “com a rigidez dos investimentos de capital fixo e de larga escala e longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo variantes”.

Na tentativa de superação dessa crise dos anos 1970, o capital adota, portanto, uma série de mecanismos que vão cooperar para a recomposição dos lucros através do aceleração do giro do capital e da produtividade. Em geral, essas estratégias passam por uma reestruturação da produção, introdução de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho.

A palavra de ordem tornou-se “flexibilidade”, isto é, flexibilidade do trabalho, dos mercados, dos padrões de consumo, da educação etc. E a técnica, a ciência e a informação tornam-se, no presente, essenciais à coordenação desse novo regime de acumulação comandado pelos interesses de grandes corporações, por servirem de instrumentos para que este grande capital possa selecionar as áreas do planeta de maior lucratividade. Estabelece-se, portanto, um novo mapa econômico no mundo, caracterizado agora por uma globalização da produção e do consumo.

Em resposta a essas transformações gerais da sociedade, o espaço toma a forma, do que Santos (2005, p.38) chama de meio técnico-científico-informacional, que é segundo este, “marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para a sua realização”. São as mudanças na composição técnica do território como: os investimentos em infra-estruturas, ampliação e crescimento da rede de transportes e comunicação,

expansão de atividades modernas e dinâmicas que vão possibilitar uma generalização desse meio técnico-científico-informacional.

Harvey (op. cit., p.140) fala que as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica de reajustamento social e político. Essas experiências representariam os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta. Assim, este “reajustamento social e político” atingiu todos os setores da sociedade, e a educação não foi isenta deste processo.

É como se o capitalismo possuísse o dedo do rei Midas e tudo o que tocasse se transformasse em mercadoria, tudo viraria valor de troca, uma coisificação do mundo e das pessoas. Processa-se uma monetarização da vida cotidiana e essa presença do dinheiro em toda parte, acaba por constituir um dado ameaçador da nossa existência. Como já nos dizia Santos (2003, p.34), “por intermédio do dinheiro, o contágio das lógicas redutoras, típicas do processo de globalização, leva a toda parte um anexo contábil, que avassala tudo”. O mesmo autor ainda indica que, além do dinheiro, a outra grande tirania dos nossos tempos é a da informação.

De fato a informação é um dos mais importantes pilares do desenvolvimento do capitalismo hoje, uma vez que, a informação constitui um dado essencial e imprescindível para o processo produtivo e para acelerar o giro do capital. Talvez se deva a isso o interesse crescente dos grupos hegemônicos em investir atualmente seu capital em instituições de ensino e em redes de comunicação e publicidade, tanto para controlar o conhecimento que é repassado, que deve ser apenas o mínimo para formar um quadro de mão-de-obra, quanto para impedir o acesso ao conhecimento que nos libertaria dessa “globalização fábula” (SANTOS, op. cit.).

Dessa forma, o acesso à informação, ao conhecimento, à educação que poderiam tornar o homem um agente consciente e produtor de sua própria história acaba tornando-se uma prisão. Assim, não nos enganemos pensando que a globalização atual objetiva um papel unificador das técnicas de informação, isto até acontece, mas para um número ínfimo de empresas e instituições hegemônicas. A informação instantânea e globalizada, rótulo da globalização, por enquanto não é generalizada, exatamente porque passa pelo intermédio e filtro dos capitalistas. Mas, a educação como práxis social e o papel social do professor ainda têm um caráter imprescindível

para uma formação emancipadora que nos permita pensar a transformação da sociedade, através da sua própria tendência em acreditar e lutar por dias melhores.

O ESTADO E OS REBATIMENTOS DA POLÍTICA NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO: A MERCADORIA-ENSINO

Dentro das estratégias de um governo neoliberal está a redução da ação estatal – através de privatizações de empresas e de serviços sociais, e de um outro lado está a criação de programas paliativos destinados àquela parte da população que necessita seriamente da assistência estatal. Nesse bojo, esse governo ainda intensifica o repasse da responsabilidade social para a própria sociedade. De certo modo, quando a Constituição Federal de 1988 (Seção I da Educação, artigo 205) diz que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”, já está “dividindo” a responsabilidade do ensino. Sabemos que a família tem um papel importantíssimo na educação das crianças e jovens, porém, quando isto vem enfatizado num documento de lei, ocorre muitas vezes uma distorção de sentido, que em vez da família ter apenas a sua parcela de responsabilidade social no ato de educar, acaba tendo que pagar caro por uma educação de qualidade e arcar com todo o ônus.

O capital especulativo dos grupos hegemônicos, os quais passam a comandar a nova ordem mundial, aproveita-se do fato de o Estado recuar em sua responsabilidade com a educação, saúde, previdência etc., para eles próprios investirem maciçamente nessas áreas e é por isso mesmo que atacam o Estado de Bem-Estar Social e defendem um “Estado Mínimo”. Esse reduzido grupo com posição dominante no mercado interno e, sobretudo, externo, passa a exercer cada vez mais o controle destes espaços do consumo consultivo incorporados, agora, ao grande capital. Dessa forma, empresas internacionais são “convidadas” por um Estado, que se torna mínimo às questões sociais e máximo nas parcerias que estabelece com o setor privado, a investirem e explorarem vantagens econômicas em determinado lugar. Isto é o que Harvey (2005) chamou de novo empreendedorismo urbano, o qual:

[...] se apóia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num

território específico, enquanto seu objetivo econômico imediato (ainda que não exclusivo).

Nesse sentido, a mercantilização do ensino, por exemplo, assume um caráter oportuno, “cai como uma luva”, para gerar lucros e garantir até mesmo um novo mercado consumidor ao capital. Já que o Estado não assume a responsabilidade de fornecer com qualidade a educação ao conjunto da sociedade, o capital, se aproveitando disso, encontra aí uma fonte de lucros. A “mercadoria-ensino” torna-se um “paraíso comercial” para os investidores financeiros que ficam de olho nos negócios educacionais em todo o país. Machado (2004) chega a falar da formação de uma nova elite patronal da educação, estes investidores oriundos até mesmo de outros setores econômicos adversos estariam se aliando aos já antigos e promissores empresários do ramo educacional. Para Machado (*ibid*, p.152):

Nesse quadro, o destino da educação certamente se configura com ainda mais incerto, entregue às mãos dos vorazes empreendedores que darão um direcionamento essencialmente mercadológico ao ensino, contrariando os anseios da classe trabalhadora em obter uma educação voltada para uma formação emancipadora.

Essa mesma autora ainda constata que a entrada desses novos empresários na área de educação não se dá de forma improvisada, como se fosse por acaso. Verifica-se que os interessados fazem uma pesquisa de mercado minuciosa para ver a viabilidade de tal negócio. Nestes estudos, entre outras coisas, investiga-se o perfil do futuro consumidor do serviço e o tipo de mão-de-obra demandada pela economia local. Temos então, clientes-alunos, empresas-escolas e empresários do saber (MACHADO, *ibid*).

Esse processo de mercantilização é muito evidente no ensino básico e médio, quando vemos “pipocar” o número de instituições privadas de ensino que se digladiam para entrarem na preferência do consumidor da mercadoria-ensino – o aluno e os seus pais. A educação que estas crianças e jovens terão em ambientes como estes é uma educação mercadológica, que tem como fim último a aprovação daquele aluno no vestibular. Essa bandeira do vestibular tornou-se o grande marketing dessas instituições. Gruschka (2006, p.7) assinala um futuro não muito promissor para a escola de hoje. Ele diz que:

Na medida em que não permanece o momento formativo que se livre, por sua própria natureza, desse estado de coisas, não restará outro que o sombrio prognóstico: a escola futuramente nada

mais terá a ver com a formação, elemento fundamental pelo qual foi instituída. Ela se reduz à alfabetização de uma elite que não passa de um aparato funcional.

Pouco importa, aos empresários do ensino, saber a verdadeira tarefa da escola, qual seja a de emancipação tal como defendida por Adorno (1995 apud VILELA, 2006). É muito pouco provável que passe pela cabeça desses capitalistas o caráter social e filosófico do ato de educar. Assim como ocorre na escola, o ensino superior também vem sofrendo ataques constantes do capital.

A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E O “SUCATEAMENTO” DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A universidade enquanto instituição surgiu junto com as grandes cidades na Europa do século XI. Curiosamente, a universidade surge antes mesmo do ensino fundamental e constituiu uma pré-condição para o surgimento das escolas de ensino básico. A universidade é um marco na história da educação mundial e, a partir da Renascença, torna-se um marco também para a história do Estado moderno e das nações contemporâneas. No Brasil, a universidade foi criada só no século XX, com o crescimento das cidades, para a produção científico-cultural e formação de professores dos vários níveis de ensino.

Paralelo ao crescimento do número de universidades, foi surgindo no Brasil instituições que ofertavam ensino superior de graduação e pós-graduação e conhecimento tecnológico e profissional. A multiplicação dessas instituições de ensino superior privadas é crescente hoje. Elas surgem como se fossem do nada, mas não, elas são estrategicamente pensadas pelos empresários do ensino superior. Em sua maioria, essas instituições possuem um ensino de baixa qualidade, não realizam investigação científica, não têm condições de formar ou repor seu próprio quadro docente, nem dá a devida importância à extensão. Essas instituições não têm interesse em defender o tripé máximo de uma universidade, qual seja o de ensino-pesquisa-extensão. Ocorre que a universidade acaba perdendo sua identidade enquanto espaço de universalização do saber, de luta, de movimento social, de crítica, de reflexão e justiça social. E aqui é preciso deixar bem claro a diferença entre ensino superior e universidade, a última contém a primeira, mas não são a mesma coisa.

Menezes (2001) vem nos mostrar que ocorre uma

confusão intencional entre o conceito de universidade e o de ensino superior. Intencional porque é de interesse político e dos agentes econômicos, os quais escolhem a educação superior para investimento financeiro, pois é claro que dizendo que sua empresa-escola é uma universidade, isto lhe trará muito mais lucro, ou seja, apenas dessa forma é que o mercado é entendido como sinônimo de eficiência e qualidade na produção de bens e na prestação de serviços. Essa visão contribui para dismantlar as universidades públicas e gratuitas, uma vez, que o próprio governo passa a direcionar recursos ou isenção de impostos para instituições de ensino superior privado, que não possuem o caráter de universidade, e mergulha a verdadeira universidade em uma ineficácia estrutural e conjuntural.

Nas últimas décadas, o ensino superior público brasileiro vem sofrendo com os ataques do capital, de forma mais intensiva a partir dos anos 1990, quando Collor de Melo assume a presidência e adota uma postura amplamente neoliberal, e depois com Fernando Henrique Cardoso que impõe uma onda de privatizações na esfera do Estado. Ao longo da década de 1990, assistiu-se a um quadro de reformulação política e econômica que acirrou o ajuste das políticas sociais, entre elas as educacionais, às reformulações econômico-financeiras em curso. De outro modo, promoveu-se também um ajuste das questões educacionais às regras da mercantilização com toda carga de exclusão que tal escolha produz.

Um marco desse quadro de mercantilização do ensino no Brasil é a submissão desses governos neoliberais à lógica dos organismos financeiros globais, como o fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, e os bancos travestidos em regionais como o BID. É por meio desses que as finanças se dão como inteligência geral. Estes organismos financeiros intervêm nas políticas sociais com a finalidade de dar sustentação à política econômica e financeira do mercado desigualmente globalizado. Esses organismos estabelecem concessões de empréstimos que tiram a autonomia das instituições sociais, sobretudo, as educacionais. Na educação, as intervenções desses vão desde os aspectos pedagógicos aos administrativos e financeiros das instituições de ensino.

Áreas como ensino superior e médio são os principais alvos desse fenômeno mercantil marcado por uma forte utilização do marketing na venda da mercadoria-ensino. Como os conteúdos curriculares dessas instituições de ensino superior são ditados por tais

organismos financeiros para terem uma aplicabilidade mercadológica, muitos dos alunos-clientes concluem seus cursos superiores quase da mesma forma que entraram, com uma considerável fragilidade teórico-crítica e ainda sem ter tido a vivência do espaço universitário, o contato com a pesquisa científica, e a prática da extensão acadêmica.

Diminuir o tempo das graduações, como no caso das licenciaturas curtas é uma contundente evidência desse processo destrutivo das universidades. Essa experiência de licenciatura curta surgiu primeiramente na ditadura militar como modalidade de formação de docentes nas regiões carentes de professores, isto é, tratava-se de uma medida provisória. Contudo, aconteceu o contrário, a licenciatura curta persistiu por muitos anos em detrimento da licenciatura plena. Diante disto, Chauí questiona o que vem a ser um professor curto. Para ela, “um licenciado encurtado é curto em todos os sentidos: formado em tempo curto, a curto preço para a escola (mas alto custo para o estudante), intelectualmente curto” (CHAUÍ, 1977 apud PILETTI p. 131). Embora hoje as licenciaturas curtas tenham sido extintas pela LDB³, foi surgindo novos mecanismos que cumprem este mesmo papel de “aligeiramento” da formação docente como o ensino à distância, produtivismo acadêmico sem qualidade, a educação mecanicista, etc.

Aproveitando-se da brecha na lei que diz que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” (Constituição Federal - CF - 1988 Seção I Da Educação Art. 205), grupos exógenos ao ideal de uma universidade pública e universal, constroem seus argumentos para implantar dentro do espaço público da universidade seus cursos privados de especialização, que além de cobrar caro de seus estudantes, utilizam-se da infra-estrutura da universidade para fins privados. Aqui a autonomia universitária deixa de se referir a uma escola autônoma para tratar-se de uma empresa autônoma. Na perspectiva de uma auto-gestão financeira, gera-se lucro para alguns, o ensino torna-se pago e ainda o Estado se isenta de financiar a universidade pública e transferir recursos para instituições privadas.

É aqui que entra o grande absurdo da lógica neoliberal e excludente em relação ao ensino superior, a nova reforma universitária (“Universidade Para Todos”) pretendida pelo governo Lula, processo principiado ainda nos governos Collor e FHC. O projeto reserva e financia (com dinheiro público dos impostos) vagas ociosas em

universidades privadas para estudantes oriundos da rede pública e populações discriminadas (pobres, negros, índios, etc.), como forma de ampliar o acesso ao ensino superior. Esta idéia de um maior acesso às universidades pode até soar como positiva, o problema é que as “boas intenções” do projeto não atacam o centro do problema: a baixa qualidade do ensino público no nível médio e fundamental, além da absoluta insuficiência de vagas no ensino superior público e gratuito, sem falar da enorme carência de recursos na área da educação, seja ela básica ou superior. Além disso, nem mesmo se questiona os métodos de admissão nas universidades públicas – os vestibulares, que imprimem um caráter elitista ao processo de seleção, e somente beneficiam os donos de cursinhos.

O direcionamento de recursos (dinheiro público dos impostos) para o setor privado pode ser visto, muito bem, em um trecho retirado do Plano de Desenvolvimento da Educação do Governo Federal (BRASIL, 2008, p.28) exatamente quando trata do item “Democratização do acesso: PROUNI e FIES”:

Com atraso de 16 anos, foram reguladas, pelo PROUNI, as isenções fiscais constitucionais concedidas às instituições privadas de ensino superior, garantindo acesso ao nível superior a mais de 300 mil jovens. De 1988 a 2004, as instituições de ensino superior sem fins lucrativos, que respondem por 85% das matrículas do setor privado, amparadas pelos artigos 150, inciso VI, alínea c, e 195, § 7º, da Constituição Federal, gozaram de isenções fiscais sem nenhuma regulamentação do Poder Público. Ou seja, sem nenhuma contrapartida. Acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 1991, reconhecia a lacuna legislativa. Mas, por conta dessa omissão, garantia o gozo das isenções enquanto perdurasse a situação. (...) Até 2004, as instituições sem fins lucrativos concediam bolsas de estudos, mas eram elas que definiam os beneficiários, os cursos, o número de bolsas e os descontos concedidos. Resultado: raramente era concedida uma bolsa integral e quase nunca em curso de alta demanda. A isenção fiscal não resultava em uma ampliação do acesso ao ensino superior. O PROUNI estabelece que as instituições beneficiadas por isenções fiscais passem a conceder bolsas de estudos na proporção dos alunos pagantes por curso e turno, sem exceção.

Com este trecho, vemos que o Governo Federal não só admite que por muito tempo as instituições de ensino não-gratuito gozaram de isenções fiscais sem nenhuma regulamentação do Poder Público, como também, se mostra a favor da educação como moeda de troca, ou seja, a “empresa” de ensino dita “sem fins-lucrativos” (que não deixa de cobrar suas mensalidades), aceita doar algumas migalhas de ensino aos “pobres de conhecimento”, através de bolsas de estudo, e em contrapartida o Estado assume o

³ Conforme o artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é proibido, desde 1996, o ingresso de bacharéis e professores com licenciatura curta no quadro do magistério.

que seria prejuízo fiscal dessa através da isenção de milhões em impostos, os quais poderiam estar sendo revestidos em recursos para as universidades públicas e gratuitas que passam por um sucateamento progressivo.

O que vem ocorrendo é a reserva das poucas vagas da universidade pública (e de qualidade) para a classe média e elite, o que de um lado elimina o caráter universal da universidade pública, e de outro beneficia os donos das instituições de ensino superior privado, uma vez que estes estando em dificuldade financeira terão, assim, garantido o total preenchimento das suas vagas ociosas que serão pagas pelo governo com benefícios e isenção de impostos. E o mais grave e preocupante é que, estas vagas que o Governo Federal custeia nas instituições de ensino superior privado direcionam os estudantes oriundos das classes populares para um ensino superior que é de baixa qualidade e que não garante vagas no mercado de trabalho.

Além das formas evidentes de sucateamento da universidade pública temos também uma “privatização branca”. Essa talvez seja ainda pior, porque vem se processando implicitamente (sem que poucos percebam), e ao mesmo tempo causa impactos de grande significância. Para ficarmos atento a este fato é preciso compreender as múltiplas formas da privatização. Segundo Araújo (p.166, 2004):

A privatização pode ocorrer, portanto, através de: a) transferência para a propriedade privada de estabelecimentos públicos (a privatização propriamente dita); b) cessação de programas públicos e o desengajamento do governo de algumas responsabilidades específicas (privatização implícita); c) reduções (em volume, capacidade, qualidade) de serviços publicamente produzidos, conduzindo a demanda para o setor privado (privatização por atribuição); d) financiamento público do consumo de serviços privados etc.

A simplificação do currículo dos cursos, a instituição de opções rápidas e não presenciais de formação (como os cursos à distância), a proliferação de cursos de extensão pagos, o estabelecimento de taxas na universidade, as parcerias público-privadas, a utilização dos espaços e da infra-estrutura da universidade para fins privados (como o fazem as especializações pagas que a cada dia se multiplicam), todos estes são mecanismos “brancos” de privatização lenta e dolorosa.

Perante este fato, rapidamente nos vem o questionamento: por que o governo prefere abrir mão do montante gerado por impostos de instituições particulares ao invés de direcioná-los aos fins sociais? Por que deixar de investir na universidade pública e gratuita, ampliando

suas vagas, melhorando as condições de ensino, pesquisa e trabalho, além de mudar a lógica dada ao ensino médio e fundamental para, ao invés disso, incentivar a abertura de vagas em instituições privadas? Por que trocar o ensino público, universal, gratuito e de qualidade, por um ensino privado, mercantilizado, débil e não-emancipatório?

Bem, as indagações são tantas, mas todas se explicam quando refletimos o tipo de governo que nos assiste e o modo de produção dominante. A bem da verdade, o governo não vem se dedicando exclusivamente ao fomento do setor privado, existe sim financiamentos direcionados à universidade pública, entretanto, estes se dão dentro dos padrões de uma educação mercantilizada e precarizada, priorizando um produtivismo acadêmico e uma lógica mecanicista e mercadológica de ensino.

Perante essa ameaça de liquidação da universidade brasileira, podemos dizer que hoje ela é uma universidade sitiada (MENEZES, 2001), o que é mais grave, por representar não apenas um assalto externo, mas também ameaças internas a não só uma universidade, mas a todas as universidades brasileiras. Mas, esse quadro não é definitivo, ele pode ser transformado e são nas palavras de Mézáros (2004, p. 18) que vemos isto:

Portanto o papel da educação é supremo tanto para a elaboração de estratégias apropriadas, adequadas a mudar as condições objetivas de reprodução, como para a auto-mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isto que se quer dizer com a visão de uma “sociedade de produtores livremente associados”. Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a “transcendência positiva da auto-alienação do trabalho” seja caracterizada como uma tarefa educacional.

A educação para além do capital (MÉSZÁROS, op. cit) não só nos levaria a uma nova ordem social, como se mostra extremamente necessária e urgente se quisermos garantir as condições elementares da sobrevivência humana. A educação é, portanto, crucial ao propósito de transformação social. E cabe aos agentes educacionais, que constroem em conjunto o conhecimento, a tarefa de promover uma educação emancipadora.

A GUIA DE CONCLUSÃO

Nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1990, vem se processando uma política de privatização e falência da universidade pública. De fato, esse processo trata-se de um desdobramento das transformações na

economia capitalista. Quando todas as formas de produção começavam a se modificar para acelerar o giro do capital e atender ao mercado, não poderia a educação ficar de fora. Esse processo de desmantelamento da educação, que não atinge apenas o ensino, mas está presente em todos os setores da sociedade, demonstra ser esmagador e exclusivista.

A crítica de alguns teóricos da educação é a de que a escola e a universidade não estariam conseguindo contrapor às contradições provocadas pelo processo de mundialização econômica e cultural. Cabe-nos refletir se, na conjuntura em que nos encontramos – de cerceamento, essas instâncias sociais conseguiriam mesmo cumprir tal tarefa, uma vez que, assim como outras estruturas sociais, elas também fazem parte de um mesmo modo de produção capitalista. Alguns espaços de contradição dentro dessas instituições inseridas no capitalismo até existem, no entanto, cada vez mais fica evidente que apenas numa sociedade emancipada e livre dos ditames de uma estrutura capitalista é que poderemos ter uma educação libertária.

Deste modo, construir uma estrutura social em que o ensino superior seja emancipatório passa pela necessidade de construir uma nova ordem social, pois como já vimos o capital possui estratégias suficientes para cooptar também as alternativas libertárias. Porém, essa constatação não significa dizer que tenhamos que esperar que a sociedade mude primeiro seu modo de produção para, só depois, construirmos uma educação transformadora, muito pelo contrário, é imprescindível a constante luta pela ampliação dos espaços de atuação do livre pensamento, da reflexão e de luta daqueles que querem a construção de um espaço realmente social, democrático e livre. Acreditamos que a nossa ferramenta mais potente ainda seja a educação, pois ela pode contribuir, através da difusão do conhecimento e de uma leitura crítica da realidade, para apontar os caminhos da transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Raquel Dias. Crise do capital e universidade: a reforma para o mercado. In: JIMENEZ, Maria Susana Vasconcelos (Org.). Trabalho, Educação e Luta de Classes. Fortaleza: Brasil Tropical, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contêm as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Plano de desenvolvimento da educação: razões princípios e programas. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

GRUSCHKA, A. Didática e Indústria Cultural – teses para a discussão. Tradução de Alexandre Fernandez Vaz (UFSC/CNPq). Paracipapa: PPGE/UNIMEP-GEP Teoria Crítica em Educação, 2006.

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Ed. Annablume, 2005.

_____. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.

MACHADO, Rozimar. A mercantilização do ensino na agenda do capital e as estratégias de marketing utilizadas na venda da mercadoria ensino. In: JIMENEZ, Maria Susana Vasconcelos (Org.). Trabalho, Educação e Luta de Classes. Fortaleza: Brasil Tropical, 2004.

MENEZES, Luís Carlos de. Universidade sitiada: a ameaça de liquidação da universidade brasileira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Tradução de T. Brito. Intervenção na abertura no Fórum Mundial de Educação, Porto Alegre, Brasil, 28/Jul/2004.

PILETTI, Nelson. História da Educação no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 2003.

_____. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: EDUSP, 2005.

VILELA, Rita Amélia. Teixeira. Críticas e possibilidades da educação e da escola na contemporaneidade: lições de Theodor Adorno para o currículo. Educação em Revista (UFMG), v. 45, p. 223-248, 2007.